

Ref.: CMC 1/2024 (Comunicação de Medida Cautelar)

Ref.: INQ 4954/RJ-STF

Relator: Deputado Darci de Matos

M E M O R I A L

Excelentíssimo Senhor(a) Deputado(a) Federal,

1

JOÃO FRANCISCO INÁCIO BRAZÃO, vem a Vossa Excelência, por seu advogado signatário, via **MEMORIAL**, a fim de contribuir para a plena cognição do tema em análise, ressaltar os pontos centrais da pretensão:

No dia 24/03/2024, o ora representado foi **preso preventivamente** por força de decisão proferida pelo Ministro Alexandre de Moraes nos autos do INQ 4954/RJ e **referendada** pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal no dia 25/03/2024.

Na decisão, o Ministro considerou que a hipótese ensejaria a constrição cautelar para **garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal** e para assegurar a **aplicação da lei penal**, uma vez que haveria indícios de que o postulante teria participação no assassinato da vereadora Marielle Franco e de Anderson Gomes, assim como em atos de obstrução de justiça.



A decisão faz referência à representação da Polícia Federal pela decretação de medidas cautelares em face de Francisco Brazão e de outros investigados **com base nas delações premiadas de Ronnie Lessa e Élcio Maxwell Simões Corrêa**, apontados como executores do crime.

Especificamente no que diz respeito ao alegado **envolvimento do representado nos fatos investigados**, a hipótese criminal apresentada pela Polícia Federal é no sentido de que João Francisco Inácio Brazão, **à época Vereador do Rio de Janeiro**, seria um dos idealizadores do homicídio de Marielle Franco, pois, segundo testemunhas ouvidas no curso da investigação, a atuação política da Vereadora teria passado a prejudicar os interesses dos irmãos Brazão.

Sem desconsiderar a gravidade dos fatos apurados, é preciso ter em mente que o tema a ser enfrentado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados **antecede qualquer debate de mérito** quanto ao alegado envolvimento do Deputado Federal Francisco Brazão nos crimes investigados, pois diz respeito à **legalidade** da prisão cautelar de um Parlamentar dessa Casa.

O exame da legalidade da prisão preventiva deve passar por **dois pontos fundamentais**, que devem ser avaliados **antes** de qualquer debate acerca dos requisitos da prisão, isto é, deve ser analisada: **(i) a competência** do Supremo Tribunal Federal para decretar a prisão do representado e **(ii) o enquadramento do caso à ressalva do § 2º do art. 53 da Constituição Federal**.

Isso porque, embora os autos da medida cautelar tenham sido remetidos ao Supremo Tribunal Federal em razão do suposto envolvimento de pessoa detentora de foro por prerrogativa de função - no caso, o Deputado Federal Francisco Brazão - a hipótese **não enseja a competência do STF**.

Nesse particular, é preciso rememorar que o próprio Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Questão de Ordem na APN 937/RJ, adotou uma **interpretação restritiva do foro por prerrogativa de função** previsto na alínea “a”, do inciso I, do art. 102 da Constituição Federal.



Ao final do paradigmático julgamento, o Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que *“O foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos **durante** o exercício do cargo e **relacionados às funções desempenhadas**”*.

Pela própria narrativa da Polícia Federal, adotada pela decisão do Ministro Alexandre de Moraes, tem-se claramente que **os fatos criminosos imputados a Francisco Brazão não foram cometidos durante o exercício do atual mandato de Deputado Federal e não estão relacionados às funções por ele desempenhadas**.

Nesse sentido, aliás, o Ministro Alexandre de Moraes indeferiu a realização de busca e apreensão nas dependências da Câmara dos Deputados à consideração de que *“não há, no presente momento, demonstração razoável de que o investigado estaria aproveitando-se do exercício das funções parlamentares para, após 6 (seis) anos do crime, guardar ou depositar provas na Casa Parlamentar”*.

3

Com efeito, os fatos são datados de março de 2018, quando o representado exercia o mandato de Vereador do Rio de Janeiro, sendo certo, também, que, de acordo com a hipótese criminal apresentada pela autoridade policial, os motivos que teriam levado Francisco Brazão a idealizar o homicídio da Vereadora Marielle Franco **não guardam qualquer relação com as funções desempenhadas**, seja na condição de Vereador, seja na atual condição de Deputado Federal.

Fica evidente, portanto, que a hipótese não enseja a aplicação do foro por prerrogativa de função perante o Supremo Tribunal Federal, uma vez que, por todos os ângulos, é possível concluir que *(i)* os crimes imputados a Francisco Brazão **não foram cometidos durante o exercício do cargo de Deputado Federal**; *(ii)* os crimes imputados a Francisco Brazão **não estão relacionados às funções por ele desempenhadas na condição de Deputado Federal**.



É dizer, o Supremo Tribunal Federal, segundo a sua própria jurisprudência, notadamente a tese fixada no julgamento da Questão de Ordem na APN 937/RJ, é **incompetente** para julgar e processar os fatos que ensejaram a decretação da prisão do Deputado Francisco Brazão, não havendo como se aplicar o foro por prerrogativa de função no caso em análise.

Tanto é verdade que o STF não possui competência para decretar a prisão, processar e julgar os fatos, que atualmente está em curso uma discussão para ampliar o alcance do foro privilegiado para que os crimes praticados com aderência ao mandato parlamentar sejam processados e julgados pelo STF mesmo após o término do mandato.

Veja que o entendimento do STF é tão restrito quanto ao alcance do foro privilegiado que mesmo com a fixação da tese proposta pelo Ministro Gilmar Mendes, no HC 232.627/DF¹, a Suprema Corte continuaria sem competência para processar, julgar e prender o Parlamentar Chiquinho Brazão pelos fatos apurados.

Com efeito, se a prisão foi ordenada por autoridade incompetente, ela deve ser considerada ilegal e imediatamente relaxada, como dispõe o art. 5º, inciso LXV, da Constituição Federal.

O segundo ponto a ser enfrentado na análise da legalidade da constrição cautelar é se a prisão preventiva do Deputado Federal Francisco Brazão se enquadra na ressalva prevista pelo § 2º do art. 53 da Constituição Federal.

O dispositivo constitucional é claro ao enunciar que “*os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável*” ou, dito de outro modo, os Deputados Federais e os Senadores da República não poderão ser presos preventivamente.

¹“A prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício”.



Em se tratando de membros do Congresso Nacional, a **única prisão cautelar** admitida pela Constituição Federal é a **prisão em flagrante**, sendo certo que o texto constitucional é ainda mais restritivo ao estabelecer que o flagrante deverá ser de **crime inafiançável**.

Ocorre que, no caso em análise, **não há - ao menos na representação da Polícia Federal e na decisão do STF - qualquer flagrante de crime inafiançável** imputável ao Deputado Federal.

Os **únicos crimes inafiançáveis** investigados são os homicídios das vítimas Marielle e Anderson, que são datados de março de **2018**. Não há qualquer estado de flagrância que, quanto a tais delitos, justifique a prisão de Francisco Brazão **seis anos depois do fato**.

Qualquer outro delito, ainda que atual - tal como eventual embaraço à investigação -, **não se enquadra no rol taxativo de crimes inafiançáveis**, não se prestando para justificar o enquadramento do caso à ressalva do art. 53 da Constituição Federal.

5

Na tentativa de superar a vedação para decretar a prisão preventiva do Deputado Federal Francisco Brazão, o Ministro Alexandre de Moraes argumentou que a prisão preventiva estaria autorizada pelo art. 324, inciso IV, do Código de Processo Penal, que preleciona que **não será concedida a fiança “quando presentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva”**.

Ao invocar o dispositivo, o Ministro Alexandre de Moraes considerou que a simples presença dos requisitos da prisão preventiva afastaria a afiançabilidade do crime, autorizando a prisão em flagrante do Parlamentar.

No caso, como já mencionado, **não há flagrante**, o que, por si só, torna insustentável a invocação do referido dispositivo legal como forma de superar a expressa disposição do § 2º do art. 53 da Constituição Federal, que **exige o estado de flagrância**.




Para além disso, o fato é que a interpretação dada na decisão do STF **distorce a redação do art. 324 do Código de Processo Penal**, que **não cria uma categoria de crime inafiançável**, mas apenas estabelece que, estando presentes os requisitos da prisão preventiva, não será concedida a fiança. Isso porque, se há fundamento para a prisão preventiva, não há espaço para a concessão da fiança, pois o arbitramento da fiança implicaria a liberdade.

Ou seja, **o dispositivo não estabelece que todos os crimes passíveis de prisão preventiva são inafiançáveis**, tal qual assentado na decisão do Ministro Alexandre de Moraes. E, ainda que tal interpretação fosse admissível, **faltaria, conforme já referenciado, o requisito do flagrante**, que não está presente no caso em análise.

Por fim, não custa registrar que, mesmo depois de seis anos de uma investigação de envergadura nacional, que contou com a colaboração institucional e internacional, diversas medidas cautelares e tomadas de depoimento, **o nome do Deputado Federal Francisco Brazão só surgiu depois da celebração dos acordos de colaboração de Ronnie Lessa e Élcio de Vieira Queiroz**, o que apenas corrobora a manifesta ilegalidade da prisão, por violação direta ao § 16 do art. 4º da Lei n.º 12.850/2013.

Ante todo o exposto, requer-se a **revogação** da prisão preventiva do Deputado Federal Francisco Brazão, ante a sua manifesta **ilegalidade**, uma vez que o Supremo Tribunal Federal é manifestamente **incompetente** para processar e julgar os fatos ensejadores da constrição cautelar e a hipótese **não se enquadra na ressalva prevista no § 2º do art. 53 da Constituição Federal**.

Brasília/DF, 08 de abril de 2024.


Cleber Lopes
OAB/DF n. 15.068

ANEXOS

DOC. 1 - Artigo de autoria do ex-Deputado Federal e ex-Presidente do Conselho Federal da OAB, José Roberto Batochio, publicado no jornal “O ESTADO DE S. PAULO” com o seguinte título: “Sobre parlamentares e prisão preventiva”.

DOC. 2 - Artigo de autoria do Advogado, Professor e Conselheiro Federal da OAB, Alberto Zacharias Toron, publicado no jornal “O ESTADO DE S. PAULO” com o seguinte título: “Repensar a imunidade prisional ou respeitá-la?”.

DOC. 3 - Matéria publicada no portal “JURINEWS” intitulada “Lewandowski questionou PF sobre exposição de presos do caso Marielle”.

DOC. 4 - Petição apresentada pela defesa do Deputado Federal Chiquinho Brazão ao Ministro Alexandre de Moraes solicitando a imediata apuração de possível ato de abuso de autoridade de que foi alvo o Parlamentar em razão do uso ilegal de algemas.



ESPAÇO ABERTO

Sobre parlamentares e prisão preventiva

José Roberto Batochio

Aproximavam-se as comemorações do Dia da Independência no ano de 1968, Sete de Setembro em que os militares encastelados no poder exaltavam o golpe de Estado que haviam perpetrado quatro anos antes, quando um deputado do MDB-RJ subiu à tribuna para sugerir que nos bailes comemorativos da efeméride as moças não aceitassem dançar com oficiais das Forças Armadas. Acostumado desde abril de 1964 a cassar mandatos e suspender direitos políticos de parlamentares por meio dos Atos Institucionais (AI) 1 e 2, então já sem validade, o governo dobrou-se à Constituição vigente, e a Procuradoria-Geral da República requereu ao Supremo Tribunal Federal que se instaurasse processo para cassar o mandato de Márcio Moreira Alves.

A Carta democrática de 1946 estabelecia, no art. 45, que os membros do Congresso Nacional não poderiam “ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Câmara”. Em votação histórica, a 12 de dezembro de 1968 a Câmara negou trânsito ao processo contra Moreira Alves, por 216 a 141 votos e 12 absenções. Apesar de heroica, foi uma vitória de Pirro, pois no

dia seguinte o comando militar desfechou autogolpe, proclamou seu quinto e mais truculento ato institucional, fechou o Congresso e cassou o mandato do deputado, suspendeu garantias fundamentais, institucionalizou a censura à imprensa, além de outras inomináveis arbitrariedades.

O “caso Márcio Moreira Alves” ficou na História como o pretexto para o infame AI-5, mas também remarcou a soberania do Poder Legislativo, e não só da oposição à época, pois 94 deputados do partido governista, a Arena, cerraram fileiras pelo respeito à inviolabilidade parlamentar que já vedava, como ainda veda, a prisão processual de membro do Congresso fora de unívoco caso de flagrante de crime em que a Lei Máxima não admita fiança.

A questão de 1968 ressurgiu agora, no caso da prisão do deputado João Francisco Brazão, vulgo Chiquinho, acusado de ser mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco. Antes de mais nada, advirta-se, em favor das ponderações a seguir, que a causa vale mais que o santo. O parlamentar foi preso com base em delação premiada do alçoz confesso de Marielle, portanto fora da indispensável flagrância de crime inafiançável que exige a Constituição de 1988, que copiou qua-

Ao plenário da Câmara caberá uma decisão exclusiva acerca da legalidade da prisão, e não prejudicar o mérito das repulsivas ações atribuídas ao deputado Chiquinho Brazão

se literalmente o texto de 1946.

A imunidade parlamentar, hoje instituída no art. 53, §2.º, foi afastada como se fora adereço jurídico, meramente decorativo, embora à custa de contorcismos hermenêuticos. A representação da Polícia Federal com o pedido de prisão do deputado partiu de um ilusionismo. Assentou que o parlamentar, que esteve licenciado do mandato para ocupar um cargo na Prefeitura do Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento de notícias que o incriminavam, exonerou-se e reassumiu

seu mandato na Câmara – ato havido pela polícia como “desvio de finalidade”, porque o verdadeiro objetivo seria “reconquistar” a imunidade parlamentar e “escudar-se de eventual decreto prisional”. Na interpretação dos ínclitos policiais, “deste modo, atualmente, em razão do desvio de finalidade de seu ato de exoneração do cargo de secretário municipal, Chiquinho não faz jus à imunidade material prevista no artigo 53, §2.º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”.

Fosse pouca a heterodoxia da negação de tão básica franquia do Parlamento só pelo retorno “defensivo” ao exercício do mandato, o douto ministro Alexandre de Moraes invocou o art. 312 do Código de Processo Penal para alinhar os fatores delitivos concretos ou potenciais que em geral autorizam a prisão preventiva, entre eles atos de obstrução à justiça, e concluiu: “A presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva afasta a afiançabilidade do crime, permitindo a prisão em flagrante do parlamentar”. Desprezou-se a taxatividade e o fato de que entre nós não há prisão preventiva para congressistas. Tais requisitos alcançam os não protegidos pelas imunidades parlamentares. Aplicou-se a regra

onde valia a exceção.

Não menos heterodoxo é o comportamento abdicatório de deputados que já se pronunciaram a favor da prisão, a começar pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça, Darci de Matos (PSD-SC), que ofereceu em horas parecer favorável. Mas os pedidos de vista do processo adiaram a votação final para ao menos 9 de abril. Ao plenário caberá uma decisão exclusiva acerca da legalidade da prisão, e não prejudicar o mérito das repulsivas ações atribuídas ao deputado, tarefa que cabe à Justiça. Que seja processado com o rigor da lei, mas nenhum predicamento do Congresso seja suprimido ou ignorado.

Há expectativas de que os integrantes da Câmara Baixa reeditem a independência dos parlamentares que em 1968 não se dobraram ao ataque à Constituição e à democracia. Que façam reverência sem reservas ao devido processo legal, revestido em sua natureza de valor universal para vigorar em quaisquer conjunturas políticas, em benefício não de pessoas, inocentes ou culpadas, mas do Estado Democrático de Direito fundado no respeito à Constituição. ●

ADVOGADO CRIMINALISTA, FUI PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA OAB E DEPUTADO PELO PDT-SP



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2404606>

ESPAÇO ABERTO

Repensar a imunidade prisional ou respeitá-la?

Alberto Zacharias Toron

O crime do qual a vereadora Marielle Franco e seu auxiliar foram vítimas tocou profundamente todos os brasileiros. Além da covardia na execução do crime, a premeditação e o envolvimento de policiais, redobrou a preocupação dos cidadãos não só com a segurança, mas também com a liberdade de expressão e de atuação política, provocando um sentimento geral de indignação e insegurança.

O sentimento de solidariedade não apenas com os familiares das vítimas, mas com os membros do partido político a que a vereadora pertencia, é uma obrigação moral. Mais uma vez fomos alertados para a necessidade da punição dos responsáveis.

Agora, passados mais de seis anos da barbárie perpetrada, a Polícia Federal, realizando um trabalho competente e merecedor de aplauso, apresenta os mandantes do crime. Um deles, João Francisco Brazão, atualmente é deputado federal. O ministro Alexandre de Moraes, em minuciosa decisão, impôs a prisão preventiva tanto ao deputado como ao seu irmão, conselheiro do Tribunal de Contas, e ao antigo chefe da Polícia Civil, todos do Rio de Janeiro.

Sem discutir o mérito do cabimento da prisão preventiva – vale dizer, seu acerto ou não –, é preciso perguntar: diante dos termos claros do art. 53, parágrafo 2.º, da Constituição federal, que outorga a clássica garantia da imunidade prisional aos parlamentares (*freedom from arrest*), pode o deputado sofrer a imposição da prisão preventiva?

A decisão monocrática do ministro Alexandre de Moraes, depois referendada pela primeira turma do Supremo Tribunal Federal (STF), é no sentido afirmativo. Sustenta, na essência, que é preciso compatibilizar a liberdade de ir e vir com a efetividade da Justiça Penal. Aqui, porém, não se trata apenas disso, e sim da compatibilização da prisão preventiva com a proibição constitucional.

Para não deixar dúvidas, a regra constitucional que institui a garantia da imunidade prisional aos parlamentares tem o seguinte teor: “Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Neste caso, os autos serão remetidos dentro de 24 horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão” (art. 53, § 2.º).

Numa sociedade democrática, com um Judiciário independente, não mais se justifica a proibição de impor a prisão preventiva contra parlamentares. Mas, enquanto a garantia existir, ela deve ser respeitada

Ou seja, prisão de deputado federal, só se for em flagrante e, ainda assim, deve ser confirmada pelo voto da maioria dos membros da Casa a que ele pertença. De outro modo, é vedada. O tema não é virgem no STF.

O próprio ministro Alexandre de Moraes, em outubro de 2017, ao relatar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 5.526, deixou expresso que desde a Constituição do Império até a de 1988 as imunidades

não dizem respeito “à figura do parlamentar, mas às funções por ele exercidas, no intuito de preservar o Poder Legislativo de eventuais excessos ou abusos por parte do Executivo ou Judiciário, consagrando-se como garantia de sua independência perante os outros poderes constitucionais e mantendo sua representação popular”. No mais, como faz em sua obra de Direito Constitucional, reafirmou expressamente a impossibilidade de aplicação de qualquer prisão cautelar aos parlamentares, “inclusive de prisão preventiva prevista no artigo 312 do Código de Processo Penal”.

É certo que no conhecido caso do senador Delcídio do Amaral o STF decretou a sua prisão em flagrante. Algo estranho e surreal, pois o flagrante não é decretado, ele acontece na realidade, por exemplo, quando o sujeito está a cometer o crime ou acaba de cometê-lo. Ali se entendeu que havia uma permanência criminosa que autorizava o flagrante. No caso do deputado Brazão, partiu-se da ideia da inafiançabilidade do crime para afirmar a presença dos pressupostos autorizadores da preventiva e sua consequente imposição.

O fato de o crime ser inafiançável não derroga a garantia constitucional que funciona

como uma barreira ao Poder Judiciário na imposição da prisão cautelar.

Precisamos repensar legislativamente a exclusão da garantia da imunidade prisional, confinando-a a assuntos de natureza política, estritamente ligados ao exercício da função parlamentar. Numa sociedade democrática, com um Judiciário independente, não mais se justifica a proibição de impor a prisão preventiva contra parlamentares. Todavia, enquanto a garantia existir, ela deve ser respeitada e o Judiciário, neste caso, deve atuar com contenção, pois viola abertamente a Constituição a imposição da prisão preventiva.

Não podemos ficar, para repetir Umberto Eco, como “ceira mole” (*O Nome da Rosa*) nas mãos das autoridades, inclusive do Judiciário. O Estado de Direito, *rule of law, not of a man*, impõe que se respeitem as regras democraticamente estabelecidas. Do contrário, esperamos o arbítrio, o casuismo e tudo aquilo que possa vir dos que se julgam dotados das melhores intenções. ●

ADVOGADO, DOUTOR E MESTRE EM DIREITO PELA USP, PROFESSOR DE DIREITO PROCESSUAL PENAL DA FAAP, ESPECIALISTA EM DIREITO CONSTITUCIONAL PELA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA, CONSELHEIRO FEDERAL DA OAB, AUTOR DO LIVRO “HABEAS CORPUS: CONTROLE DO DEVIDO PROCESSO LEGAL” (ED. SARATTA, 2017), FOI PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

TEMA DO DIA



123111111

Comentários de leitores no

PRODUTOS DIGITAIS



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2404606>



Selecione um estado ▼

Lewandowski questionou PF sobre exposição de presos do caso Marielle



jurinews.com.br

Por Redação JuriNews
01/04/2024 10:59



Compartilhe

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, manifestou seu descontentamento com a exposição midiática dada pela Polícia Federal durante as prisões do delegado Rivaldo Barbosa e dos irmãos Domingos e Chiquinho Brazão. Os três são suspeitos de serem os mentores intelectuais da morte da vereadora Marielle Franco (PSol).

Os suspeitos foram presos no Rio de Janeiro no domingo, 24 de março, e foram transferidos para Brasília em um avião da Polícia Federal. Ao chegarem na capital federal, os três desembarcaram diretamente na pista, possibilitando que o momento fosse registrado pela imprensa. Os irmãos Brazão desceram do avião algemados, intensificando a exposição midiática em torno do caso.

Incomodado com a forma como a operação foi conduzida, o ministro Ricardo Lewandowski procurou o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, na semana passada para questionar a falta de discrição no desembarque dos suspeitos em Brasília.

De acordo com fontes da Polícia Federal, Andrei Rodrigues teria informado a Lewandowski que a aeronave da corporação precisou parar na pista do aeroporto de Brasília, pois não tinha espaço suficiente em um hangar. Os suspeitos foram transportados em um jato da Embraer modelo ERJ 170-200, com capacidade para 87 pessoas.

A crítica do ministro Ricardo Lewandowski ressalta a necessidade de se manter a discrição em operações policiais sensíveis, especialmente aquelas que envolvem crimes de grande repercussão como o assassinato da vereadora Marielle Franco. A exposição midiática pode comprometer as investigações e influenciar a opinião pública de maneira inadequada, prejudicando tanto os suspeitos quanto o andamento das apurações.

Redação, com informações do Metrôpoles

Deixe um comentário



A SUA EXCELÊNCIA O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES, EMINENTE
RELATOR DO INQUÉRITO N. 4.954/RJ

1 **JOÃO FRANCISCO INÁCIO BRAZÃO**, já qualificado nos autos em referência, vem, por seus advogados, requerer a juntada do instrumento de procuração anexo, bem como a habilitação nos autos e a concessão de cópia integral do feito à Defesa, além da **apuração de possível ato de abuso de autoridade perpetrado em face do postulante**, tudo a partir dos fatos que passa a expor:

Como determinado por Vossa Excelência, o ora postulante, o seu irmão, Domingos Brazão, e Rivaldo Barbosa foram presos, no domingo dia 24 de março, e transferidos para Brasília em avião da Polícia Federal.

Ocorre que, ao desembarcarem na pista de pouso - **sem qualquer cautela para preservar a imagem dos investigados** -, foram fotografados pela imprensa e amplamente expostos¹.

¹<https://www.poder360.com.br/brasil/presos-pelo-caso-marielle-usaram-algemas-por-risco-de-resgate/>;
<https://www.metropoles.com/brasil/caso-marielle-acusados-de-serem-mandantes-ja-estao-presos-em-brasilia>;
<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2024/03/29/lideres-na-camara-citam-ate-uso-de-algemas-em-chiquinho-brazao-para-avaliar-reverter-prisao.ghtml>



Consigne-se, por oportuno, que, segundo noticiado na imprensa, o eminente Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, se incomodou com a exposição do postulante e dos demais presos na referida operação:

Foi justamente essa exposição no aeroporto de Brasília que deixou Lewandowski contrariado com a condução da PF. O ministro procurou o diretor-geral da polícia, Andrei Rodrigues, e perguntou por que o trio não desembarcou em um hangar do aeroporto de forma mais discreta e sem exposição à mídia²³.

Como se verifica das imagens a seguir colacionadas, o postulante e o irmão, Domingos Brazão, desembarcaram **algemados**, ao passo em que Rivaldo Barbosa, detido na mesma ocasião, desceu sem algemas:



Na imagem da esquerda para direita, os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão algemados; o delegado Rivaldo Barbosa sem algemas

Observe-se, portanto, que para além da ausência de cuidado no sentido de proporcionar um desembarque de forma mais discreta e de evitar a desnecessária exposição midiática, o postulante, junto de seu irmão, foi

² <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/lewandowski-pf-marielle>

³ <https://imirante.com/noticias/brasil/2024/04/01/ipolitica-lewandowski-nao-gostou-de-exposicao-de-presos-do-caso-marielle>



seletivamente algemado, porquanto o investigado Rivaldo, preso em decorrência da mesma decisão, desembarcou da aeronave sem algemas.

O fato de o postulante e o seu irmão desembarcarem algemados da aeronave, em flagrante disparidade de tratamento com relação ao terceiro preso, indica a possibilidade da prática de ato abusivo praticado com o fim de prejudicá-los ou, no mínimo, por mera satisfação pessoal, na medida em que deu causa à submissão a constrangimento não autorizado.

A Súmula Vinculante n. 11, que busca conferir eficácia à **dignidade da pessoa humana**, que é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e deve ser plenamente assegurada à pessoa privada de liberdade, condiciona a licitude do uso de algemas em presos para os casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, de modo que o uso de algemas, que é excepcional, deve ser justificado por escrito.

3

A redação do enunciado tem por escopo **restringir os abusos** na atuação estatal, quando da realização de prisões, justamente para impedir a desnecessária exibição e humilhação pública, com uma injusta antecipação da culpa, em flagrante violação ao princípio da presunção de inocência.

Há que se acentuar que o presente caso ganhou repercussão diária na imprensa desde a prisão do postulante, de modo que a vexatória e ilegal exposição perpetrada é ainda mais grave e, por isso, merece a devida apuração.

Voltando os olhos para a Lei n. 13.869/19, editada para dispor sobre os crimes de abuso de autoridade, consta do art. 13 que *“constranger o preso ou o detento, mediante violência, grave ameaça ou redução de sua capacidade de resistência a (...) submeter-se a situação vexatória ou a constrangimento não autorizado em lei”*.



Como já demonstrado, houve claro **tratamento desigual entre os presos do caso presente**, o que evidencia a desnecessidade do uso de algemas e torna indene de dúvidas que o postulante e o seu irmão foram ilegalmente algemados e expostos a situação vexatória.

A Lei contra o abuso de autoridade provocou profundos impactos na atuação das autoridades públicas, em especial no tocante à atividade policial, justamente porque, como no presente caso, não há dúvidas de que **a exposição pública de uma pessoa algemada, além da depreciação interna, que causa efeitos psicológicos negativos, resulta em estigma social que prejudica diretamente a imagem do investigado perante a sociedade e a sua própria defesa.**

O Pacto internacional sobre direitos civis e políticos, do qual o Brasil é signatário, já em 1996 previu em seu artigo 10 que *“toda pessoa privada de sua liberdade deverá ser tratada com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana”*.

Ainda, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, internalizada no ordenamento jurídico brasileiro em 1992, preceitua em seu artigo 5º que *“toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral”*, devendo a privação de sua liberdade *“ser tratada com o respeito à dignidade inerente ao ser humano”*.

É preciso reconhecer, portanto, que o adequado tratamento a ser dispensado às pessoas privadas de liberdade, para além de ser consectário lógico da dignidade da pessoa humana, decorre de compromissos internacionais assumidos pela República Federativa do Brasil, de modo que a **exposição do postulante a situação vexatória mediante o emprego irregular e seletivo de algemas merece a devida apuração.**

Diante do exposto, reitera o pedido de habilitação nos autos e **requer a Vossa Excelência seja determinada a imediata apuração de possível ato de abuso de autoridade perpetrado em face do postulante,**



que foi alvo da utilização seletiva e irregular de algemas, em flagrante ofensa à Sumula Vinculante n. 11, à dignidade da pessoa humana e aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

Brasília/ DF, 01 de abril de 2024.


Gleber Lopes

OAB/DF n.º 15.068



Rita Machado

OAB/DF n.º 55.120


Murilo de Oliveira

OAB/DF n.º 61.021


Eduarda Camara

OAB/DF n.º 41.916

